



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Setembro/2017

**Concurso Público para provimento de vagas**  
**Oficial de Polícia Civil**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

**Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Redação**

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação conduz para melhoria da qualidade de vida do povo.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto seguinte.

**Ações e limites**

*Quem nunca ouviu a frase “Conte até dez antes de agir”? Não é comum que se respeite esse conselho, somos tentados a dar livre vasão aos nossos impulsos, mas a recomendação tem sua utilidade: dez segundos são um tempo precioso, podem ser a diferença entre o ato irracional e a prudência, entre o abismo e a ponte para um outro lado. Entre as pessoas, como entre os grupos ou grandes comunidades, pode ser necessário abrir esse momento de reflexão e diplomacia, que antecede e costuma evitar os desastres irreparáveis.*

*Tudo está em reconhecer os limites, os nossos e os alheios. Desse reconhecimento difícil depende nossa humanidade. Dar a si mesmo e ao outro um tempo mínimo de consideração e análise, antes de irromper em fúria sem volta, é parte do esforço civilizatório que combate a barbárie. A racionalidade aceita e convocada para moderar o tumulto passional dificilmente traz algum arrependimento. Cansamo-nos de ouvir: “Eu não sabia o que estava fazendo naquela hora”. Pois os dez segundos existem exatamente para nos dar a oportunidade de saber.*

*O Direito distingue, é verdade, o crime praticado sob “violenta emoção” daquele “friamente premeditado”. Há, sim, atenuantes para quem age criminosamente sob o impulso do ódio. Mas melhor seria se não houvesse crime algum, porque alguém se convenceu da importância de contar até dez.*

(Décio de Arruda Tolentino, inédito)

1. A recomendação de se distinguir *entre o ato irracional e a prudência*, no primeiro parágrafo, é retomada nesta outra formulação do texto:
  - (A) *Não é comum que se respeite esse conselho* (1º parágrafo).
  - (B) *Tudo está em reconhecer os limites, os nossos e os alheios* (2º parágrafo).
  - (C) *é parte do esforço civilizatório que combate a barbárie* (2º parágrafo).
  - (D) *consideração e análise, antes de irromper em fúria sem volta* (2º parágrafo).
  - (E) *atenuantes para quem age criminosamente sob o impulso do ódio* (3º parágrafo).
2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *nos dar a oportunidade de saber* (2º parágrafo) // ensinar-nos a ocasião de ter ciência
  - (B) *antecede [...]* os desastres irreparáveis (1º parágrafo) // precede os sobressaltos desconcertados
  - (C) *é parte do esforço civilizatório* (2º parágrafo) // participa do arremedo cultural
  - (D) *convocada para moderar* (2º parágrafo) // instaurada para mediar
  - (E) *dar livre vasão aos nossos impulsos* (1º parágrafo) // impulsionar nossos desejos
3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Não ocorrendo algum espaço de tempo entre o nosso impulso instintivo e alguma reflexão, incorreremos na violência da absoluta irracionalidade.
  - (B) A menos que se deixe haver um momento de reflexão, é forte nosso risco de se arrepender por conta da natureza dos nossos instintos.
  - (C) Os que se deixam levar pelas emoções, via de regra irão se arrepender por conta do gesto irrefletido de cujos efeitos serão abalados.
  - (D) Não fossem aqueles segundos necessários à uma boa avaliação, muitos se arrependeriam por se haver deixados dominar pelos impulsos de fúria.
  - (E) Seremos mártires de nossos próprios impulsos, no caso de nos pormos à prova de barbárie, quando respondemos de forma instintiva a uma provocação. @carla\_gabola



## 4. Considere estas orações:

Os impulsos instintivos são brutais.  
A irracionalidade marca os impulsos instintivos.  
Precisamos dominar nossos impulsos instintivos.

As orações acima estão articuladas, de modo claro, coerente e correto, no seguinte período:

- (A) Dado que os instintos sejam brutais, em razão de sua irracionalidade, sendo necessário que nos urge dominá-los.
- (B) Os brutais impulsos instintivos caracterizam-se pela irracionalidade, motivo pelo qual se impõe que os dominemos.
- (C) Urge que venhamos a dominar aos nossos impulsos instintivos, conquanto marcam nossa brutalidade.
- (D) O domínio dos impulsos instintivos mais brutais precisam de se impor diante de sua irracionalidade.
- (E) Sendo brutais, os impulsos instintivos cuja a marca é a irracionalidade, impõe-se que sejam dominados.

5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- (A) Dez segundos entre a reação e a decisão (**poder**) representar a diferença entre a civilização e a barbárie.
- (B) As palavras *abismo* e *ponte*, empregadas de modo expressivo, (**constituir**) uma relação de antítese ou oposição.
- (C) A distinção entre violenta emoção e premeditada violência (**implicar**) consideráveis abrandamentos na penalidade.
- (D) Não (**cabere**), aos violentos reincidentes, invocar razões de súbita emoção a cada crime que cometam.
- (E) Depois que se (**deixar**) dominar pelos selvagens instintos, não há como o homem violento reparar sua brutalidade.

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se ao texto seguinte.

### O lugar-comum

*O lugar-comum, ou chavão, nos faculta falar e pensar sem esforço. Ninguém é levado a sério com ideias originais, que desafiam nossa preguiça. Ouvem-se aqui e ali frases como esta, dita ainda ontem por um político:*

*– Este país não fugirá de seu destino histórico!*

*O sucesso de tais tiradas é sempre infalível, embora os mais espertos possam desconfiar que elas não querem dizer coisa alguma. Pois nada foge mesmo ao seu destino histórico, seja um império que desaba ou uma barata esmagada.*

(Adaptado de: QUINTANA, Mário. **Caderno H**. Porto Alegre: Globo, 1973, p. 52)

## 6. Segundo o escritor Mário Quintana, é próprio do lugar-comum

- (A) acionar os mais espertos para que estes venham a descobrir o significado que o chavão costuma encerrar.
- (B) deixar-se impregnar de um tipo de originalidade que acaba enfadando as pessoas mais acomodadas.
- (C) dever o sucesso de sua propagação ao fato de parecer dizer muito quando na realidade nada significa.
- (D) provocar em quem o ouça uma reação positiva, marcada pela surpresa do ineditismo de sua formulação.
- (E) atuar sobre nós como uma forma concentrada de sabedoria, que a poucos se dá a compreender.

7. Há construção verbal na **voz passiva** e adequada articulação entre **tempos e modos verbais** na frase:

- (A) Se queremos falar e pensar sem muito esforço, deveríamos ter-nos esforçado para cultivar os lugares-comuns.
- (B) Frases como a indicada no texto são capazes de nos convencer de sua sabedoria, ainda quando nada tivessem a dizer.
- (C) Ao localizar a força de um lugar-comum na fala de um político, o autor do texto mostraria certa aversão a determinados discursos.
- (D) Ainda que não tivessem qualquer profundidade, os chavões que ele diz acabariam por encantar seus ingênuos ouvintes.
- (E) Se quisermos que a nossa preguiça não venha a ser desafiada por alguma expressão original, recorramos à mesmice dos chavões.

## 8. No segmento

- (A) *Ninguém é levado a sério com ideias originais, que desafiam nossa preguiça*, a exclusão da vírgula altera o sentido da frase.
- (B) *O lugar-comum, ou chavão, nos faculta falar e pensar sem esforço*, o elemento sublinhado tem o mesmo sentido de **involuntariamente**.
- (C) *Ouvem-se aqui e ali frases como esta*, a forma verbal é exemplo de voz **ativa**.
- (D) *embora os mais espertos possam desconfiar*, o elemento sublinhado tem o mesmo valor semântico de **uma vez que**.
- (E) *nada foge mesmo ao seu destino histórico*, a substituição de *foge* por **se exclui** permite manter o restante da frase tal e qual se apresenta. @carla\_gabola

**História e Geografia do Amapá**

9. Dentre as iniciativas de desenvolvimento econômico do Amapá com preocupação de preservação ambiental, no século XX, podemos citar
- (A) a regulamentação da Zona Franca Verde, que favoreceu a exportação para a indústria de cosméticos e de fitoterápicos.
  - (B) a inauguração da Rodovia Perimetral Norte, que interligou Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, sem prejudicar as reservas indígenas.
  - (C) o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que estimulou a exportação de produtos derivados da castanha.
  - (D) a criação do Parque Amazônico do Amapá, que ocupa mais da metade do Estado e abriga a agricultura familiar.
  - (E) o reconhecimento internacional conferido ao Complexo Minerador do Amapá, que recuperou todas as áreas prejudicadas pela extração de minérios.
- 
10. Durante o movimento social conhecido como Cabanagem, houve a
- (A) tomada, por parte dos rebeldes, da cidade de Belém, onde foi constituído um governo republicano, que proclamou a independência do Grão Pará com apoio de Portugal e Inglaterra.
  - (B) morte de milhares de pessoas, a maioria delas provenientes das classes mais desfavorecidas, ao longo de cinco anos de violentos conflitos que se espalharam pelas principais cidades da região norte.
  - (C) pronta adesão das autoridades locais amapaenses às propostas dos cabanos, o que obrigou o governo federal a combater com prioridade o núcleo dirigente do movimento, estabelecido em Macapá.
  - (D) condução das massas revoltosas por padres católicos e líderes messiânicos, que defendiam a instituição de uma nova monarquia sem relações com o Vaticano, que garantisse melhores condições de vida para os pobres.
  - (E) defesa dos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – junto com o consenso de que se deveria formar um governo exclusivamente popular, sem a participação das elites.
- 
11. A criação de Territórios Federais no Brasil, dentre os quais se encontrava o Território Federal do Amapá, foi uma decisão que
- (A) partiu de uma condição do governo norte-americano para continuar a auxiliar o Brasil economicamente, pois tinha interesse na instalação de bases militares nessas áreas.
  - (B) incorporou áreas pertencentes a países vizinhos aos limites territoriais brasileiro, uma vez que suas populações, por meio de plebiscitos, expressaram sua preferência por viver sob a legislação e o governo brasileiro.
  - (C) transformou algumas áreas pertencentes a Estados já existentes (caso do Amapá, antes vinculado ao Pará) em unidades federativas autônomas, com governos próprios e eleitos democraticamente.
  - (D) repercutiu a visão, em um contexto de guerra, de que isso contribuiria para a defesa da Nação, por serem áreas de fronteira que passariam a contar com o controle e a interferência direta do governo federal.
  - (E) traduziu o projeto governamental de solução do problema do “vazio demográfico”, uma vez que não havia população nessas áreas e o governo federal pretendia pôr em prática seu desenvolvimento.
- 
12. Sobre a hidrografia do Amapá, é correto afirmar que o rio
- (A) Matapi apresenta a segunda bacia hidrográfica do Amapá em extensão.
  - (B) Araguari pertence à bacia Amazônica e tem sua foz nas proximidades da ilha de Marajó.
  - (C) Oiapoque atravessa área de relevo movimentado da serra do Tumucumaque.
  - (D) Pedreira é afluente do rio Araguari e é importante porque banha a Serra do Navio.
  - (E) Jari é divisa natural com o Estado do Pará e faz parte da bacia Amazônica.
- 
13. Considere as características demográficas:
- I. Predomínio da população em idade adulta, entre 20 e 59 anos.
  - II. Forte presença da população na zona rural.
  - III. População indígena representa 15% da população total.
  - IV. Altas taxas de natalidade e fecundidade.
  - V. Aumento da expectativa de vida da população.
- Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2015, a população do Amapá reunia APENAS as características
- (A) II, III e V.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, III e V.
  - (D) I, IV e V.
  - (E) II, III e IV.



## 14. A Zona Franca Verde é

- (A) a formação de corredores de proteção ambiental em áreas onde a biodiversidade esteja comprometida.
- (B) o incentivo do Governo Federal para produção industrial de bens com predomínio de matérias-primas de origem regional.
- (C) a regulamentação das áreas agrícolas destinadas a acolher agricultores especializados em cultivos orgânicos.
- (D) a ampliação do desenvolvimento sustentável nas áreas de maior concentração de pecuária bubalina.
- (E) o fortalecimento da agricultura familiar, necessária para tornar o Estado autossuficiente nos produtos da cesta básica.

**Conhecimentos Gerais (Atualidades)**15. *O presidente Michel Temer sancionou em 24 de maio o projeto da nova Lei da Migração. O texto será publicado no dia 25, no Diário Oficial da União.*(Adaptado de: <http://brasil.estadao.com.br>)

Sobre a lei da Migração são feitas as seguintes afirmações:

- I. À semelhança do Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, a nova lei está voltada para a segurança nacional.
- II. A nova lei determina a existência de um visto temporário para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio.
- III. A lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.
- IV. Para especialistas, a legislação endurece o tratamento para os imigrantes, o que fere os direitos humanos e incentiva a xenofobia.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

16. *A economia brasileira voltou a crescer após oito trimestres seguidos de queda. Nos três primeiros meses de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1,0% em relação ao 4º trimestre do ano passado, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*(Adaptado de: <http://g1.globo.com>)

Um dos fatores que contribuiu para o crescimento do PIB foi a

- (A) expansão dos setores do comércio e de serviços.
- (B) redução do desemprego e do trabalho informal.
- (C) manutenção das taxas básicas de juros.
- (D) expressiva expansão do agronegócio.
- (E) ampliação dos gastos do governo.

## 17. A Lei da Terceirização, foi sancionada pelo presidente Michel Temer, em 31 de março. Essa lei dispõe que:

- I. A terceirização poderá ser aplicada a qualquer atividade da empresa, tanto atividade-meio como atividade-fim.
- II. O tempo de duração do trabalho temporário não deve ultrapassar três meses ou 90 dias.
- III. Após o término do contrato, o trabalhador temporário só poderá prestar novamente o mesmo tipo de serviço à empresa após esperar três meses.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

18. *O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou no dia 1 de junho de 2017 a saída do país do Acordo de Paris. Nesse sentido, o Brasil caminha na mesma direção, ou seja, do não cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris.*(Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>)

De acordo com ONGs internacionais de proteção ambiental, estão na base dos principais problemas ambientais brasileiros, entre outros,

- (A) a morosidade na demarcação de terras indígenas e quilombolas no centro-norte do país.
- (B) o corte de subsídios à proteção ambiental doados por países europeus como a Suécia e a Dinamarca.
- (C) a priorização do rodoviarismo em detrimento dos sistemas ferroviário e hidroviário.
- (D) a pequena utilização de fontes de energia limpa como a hidráulica, a biomassa e a nuclear.
- (E) a grilagem de terras e mineração que avançam sobre áreas protegidas, principalmente na Amazônia.



## Conhecimento de Informática

19. A Internet oferece grandes benefícios para a sociedade, porém representa uma oportunidade para atividades criminosas, como fraude e roubo de identidade. Para garantir a segurança das informações, é importante tomar medidas para reduzir o seu risco. Com relação a estas medidas, é correto afirmar que
- (A) um *firewall* instalado no computador evitará as ações danosas de intrusos, *hackers* e criminosos, garantindo proteção contra roubo de identidade na Internet.
- (B) deixar apenas pessoas da família terem acesso ao computador garante que não haja riscos à segurança das informações.
- (C) abrir fotografias recebidas por *e-mail* não representa risco, já que este tipo de arquivo não pode conter códigos maliciosos.
- (D) não se deve fornecer informações pessoais solicitadas por quaisquer empresas através de mensagem de *e-mail*.
- (E) ter um computador com sistema operacional que não seja Windows garante a segurança, pois os criminosos preferem atacar os usuários desta plataforma.
20. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2013, em português, mostra as microrregiões com maior aumento na taxa de homicídio entre 2004 e 2014.

|   | A       | B             | C                      | D                | E                        |
|---|---------|---------------|------------------------|------------------|--------------------------|
| 1 | Ranking | UF            | Microrregião           | População (2014) | Taxa de Homicídio (2014) |
| 2 | 1       | BA            | Senhor do Bonfim       | 308.568          | 18,2                     |
| 3 | 2       | BA            | Serrinha               | 447.707          | 16                       |
| 4 | 3       | BA            | Santo Antônio de Jesus | 582.505          | 41,8                     |
| 5 | 4       | PB            | Cajazeiras             | 174.671          | 14,1                     |
| 6 | 5       | AC            | Tarauacá               | 77.929           | 22                       |
| 7 |         |               |                        |                  |                          |
| 8 |         | Microrregião: | Cajazeiras             |                  |                          |
| 9 |         | População:    | 14,1                   |                  |                          |

Buscando destacar a microrregião com menor taxa de homicídio, na célula C9 foi utilizada uma fórmula que pesquisou no intervalo de células de C2 a E6 pelo valor contido na célula C8 e exibiu o valor correspondente da taxa de homicídio da coluna E (célula E5). A fórmula utilizada foi

- (A) =PROCV(C8;C2:E6;E;VERDADEIRO)
- (B) =PROCURAR(C2:E6;C8;E3)
- (C) =PROCH(C8;C2:E6;3;FALSO)
- (D) =PROCURAR(C8;C2:E6;E)
- (E) =PROCV(C8;C2:E6;3;FALSO)
21. Quando o computador é ligado, o processador executa instruções da *Read Only Memory* – ROM, acionando um programa contido nessa memória que dá início ao processo de *boot*, ou seja, de reconhecimento dos dispositivos de *hardware* e inicialização do computador. Trata-se do programa chamado
- (A) Sistema Operacional.
- (B) BIOS.
- (C) Config.
- (D) PROM.
- (E) SETUP.
22. No texto da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá, consta:

§ 1º *Policial Civil é a pessoa legalmente investida de cargo público do Grupo Polícia Civil, em provimento efetivo, com denominação, função e subsídio próprio e número certo.*

§ 2º *É proibida a prestação de serviços gratuitos à Polícia Civil.*

A inserção do caractere § em um texto criado no LibreOffice Writer 5.3, em português, pode ser feita a partir de um clique no menu

- (A) Inserir e na opção Caractere especial.
- (B) Ferramentas e na opção Símbolos.
- (C) Inserir e na opção Símbolo de parágrafo.
- (D) Ferramentas e na opção Caracteres Especiais.
- (E) Página Inicial e na opção Inserir símbolo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Leis Específicas do Amapá**

23. Considere os seguintes itens:

- I. Órgão autônomo.
- II. Órgão permanente.
- III. Órgão essencial à administração da Justiça Criminal.
- IV. Orientada com base no princípio da unidade.
- V. Ressalvada a competência da União, é incumbida das funções de polícia judiciária estadual e municipal.

À Polícia Civil do Estado do Amapá são aplicáveis os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) I, II e V, apenas.

24. No que se refere à posse, a Lei nº 883/2005 estabelece que

- (A) dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, nem por ato de ofício.
- (B) ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período, a pedido do interessado ou da administração.
- (C) para do candidato que esteja afastado a serviço do juri na data de publicação do ato de provimento da posse, o prazo será contado do término desse impedimento.
- (D) o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no ato da posse, documento que deverá ser renovado anualmente.
- (E) será solene ou sigilosa, compreendendo a prestação do juramento policial, assinatura do termo, o recebimento da carteira e do distintivo policial, do colete identificador, da arma e demais equipamentos de uso característicos e exclusivos da atividade policial.

25. Uma servidora policial civil fez um pedido de remoção para outra localidade do Estado do Amapá, dotada de uma unidade policial, para acompanhar o cônjuge advogado, que foi deslocado no interesse da empresa em que trabalha.

Nos termos da Lei nº 883/2005, essa solicitação NÃO atende aos requisitos legais porque

- (A) o cônjuge deve ser servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, do Estado do Amapá ou de seus Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração.
- (B) não há previsão legal para remoção para acompanhamento de cônjuge.
- (C) só há previsão legal para remoção no interesse da Administração.
- (D) a remoção somente seria possível se o cônjuge fosse servidor policial civil hierarquicamente superior.
- (E) a única possibilidade de remoção a pedido é por motivos de saúde.

26. Nos termos da Lei nº 883/2005, a Polícia Civil é organizada em

- (A) classes, divididas em carreiras, subdivididas em padrões.
- (B) carreiras, divididas em padrões, subdivididas em classes.
- (C) carreiras, divididas em classes, subdivididas em padrões.
- (D) classes, divididas em padrões, subdivididas em carreiras.
- (E) padrões, divididos em carreiras, subdivididas em classes.

27. Segundo a Lei nº 66/1993, a movimentação do servidor a pedido ou *ex-officio*, de uma unidade administrativa para outra do mesmo órgão por ato do titular do órgão, sem alteração de sua situação funcional é denominada

- (A) realocação.
- (B) remoção.
- (C) disposição.
- (D) cedência.
- (E) relotação.



28. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Servidor empossado não entrou em exercício no prazo legal.
- II. Servidor não estável não foi aprovado no estágio probatório.
- III. Servidor estável não foi aprovado no estágio probatório.

Considerando o disposto na Lei nº 66/1993, para esses casos, o servidor será, respectivamente,

- (A) exonerado, exonerado e exonerado.
- (B) reconduzido, reconduzido e reconduzido.
- (C) exonerado, exonerado e reconduzido.
- (D) exonerado, reconduzido e reconduzido.
- (E) reconduzido, exonerado e exonerado.

29. Considere os seguintes itens:

- I. Compensação das despesas motivadas pela instalação do servidor na nova sede em que passar a ter exercício no interesse da Administração.
- II. O servidor que afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
- III. Aquele que, não sendo servidor do Estado, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Conforme estabelece a Lei nº 66/1993, no que se refere a indenizações, as hipóteses indicadas dão, respectivamente, direito à

- (A) ajuda de custo, nenhuma indenização e nenhuma indenização.
- (B) nenhuma indenização, nenhuma indenização e ajuda de custo.
- (C) ajuda de custo, ajuda de custo e ajuda de custo.
- (D) ajuda de custo, nenhuma indenização e ajuda de custo.
- (E) nenhuma indenização, ajuda de custo e nenhuma indenização.

30. Considere os seguintes itens:

- I. Convocação para o serviço militar.
- II. Júri.
- III. Licença para tratamento da própria saúde até o limite máximo de sessenta meses.
- IV. Licença por motivo de doença em família, remunerada ou não.
- V. Exercício de mandato eletivo.

Nos termos da Lei nº 66/1993, considera-se como efetivo exercício o constante nos itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) I, II e V, apenas.

### Noções de Direito Administrativo

31. Um estabelecimento comercial prestes a ser inaugurado dependia de emissão de determinada licença pelo Município para dar início às suas atividades. A data da inauguração já havia sido adiada algumas vezes, o que fez o empreendedor questionar a conduta da municipalidade,

- (A) pois ainda que se trate de ato discricionário, deve haver motivação e justificativa para a demora na emissão do ato, sob pena do Município poder ser responsabilizado pelos prejuízos que forem causados ao comerciante.
- (B) já que o preenchimento dos requisitos legais exigidos para a concessão da licença confere direito subjetivo ao empreendedor de recebê-la, em razão da natureza de ato vinculado, sendo possível requerer a liberação judicialmente.
- (C) na medida em que requerido o ato administrativo que confere direitos ao administrado e decorrido prazo razoável sem que seja proferida decisão a respeito, opera-se a concordância tácita da Administração pública.
- (D) porquanto o processo administrativo que dá ensejo à emissão de atos vinculados, tais como licenças, alvarás, permissões e autorizações, deve observar os prazos legalmente previstos para todas as fases, de forma que cumpridos todos os requisitos pelos particulares, fica deferida a concessão.
- (E) o que não procede, tendo em vista que em se tratando de ato administrativo, ainda que o ato em si seja de natureza vinculada, a Administração pública decide quando poderá emití-lo, juízo esse de natureza discricionária e que, portanto, não depende de motivação expressa.





32. Valter é funcionário da empresa que presta serviço de vigilância para uma autarquia municipal. Juliano é servidor público e responsável pela distribuição de senhas de atendimento de determinada repartição pública. Valter, cujas funções são desempenhadas no mesmo local em que é formada a fila para recebimento de senhas, ofereceu-se, em colaboração, para fazer a distribuição, dispensando Juliano para a execução de outras tarefas. Apurou-se, posteriormente, que Valter estava, em verdade, cobrando pelas senhas. Foi instaurado processo administrativo e também inquérito civil. A **imputação** de ato de improbidade
- (A) pode se dar em face de Valter e Juliano, considerando a comprovação de conduta culposa de ambos e a prática de conduta lesiva ao erário.
  - (B) pode se dar em face de Valter e de Juliano, em razão da conduta dolosa do mesmo e do patente enriquecimento ilícito.
  - (C) não pode se dar em face de nenhum dos envolvidos, considerando que não foi preenchido o requisito subjetivo para configuração, que é a conduta dolosa.
  - (D) não pode se dar em face de Valter, que só poderia incorrer nas sanções de improbidade se fosse tipificado ato de improbidade em relação a Juliano, o que não procede.
  - (E) absorve eventual infração disciplinar que pudesse ser atribuída a Juliano, bem como a responsabilidade civil pessoal de Valter, em razão da gravidade.
- 
33. Mostrando-se necessário ampliar a rede de transporte ferroviário de passageiros sem que haja recursos públicos investidos na fase de construção das obras de infraestrutura, mas de forma a oferecer serviço público de qualidade aos usuários, impondo a esses, para utilização, o pagamento de tarifa, pode o Poder Público desenvolver modelo de
- (A) concessão de obra pública, admitido aporte público em valor predeterminado para garantir a coparticipação nos riscos entre os contratantes.
  - (B) concessão patrocinada, na qual é imperioso haver cobrança de tarifa dos usuários e não se admite aporte de recursos públicos para custear infraestrutura a ser implantada pelo parceiro privado.
  - (C) concessão comum de serviço público, na qual a lei atribuiu ao concessionário o risco do negócio, não havendo previsão para aporte público, mas sim cobrança de tarifa do usuário, para conferir sustentabilidade econômica ao modelo.
  - (D) concessão administrativa, desde que haja expressa proibição de aporte de recursos públicos, visto que é premissa desse contrato o custeio da infraestrutura pelo Poder Público, havendo ou não cobrança de tarifa.
  - (E) permissão de serviço público, tendo em vista que, dada a precariedade, o contrato firmado com o permissionário atribui a este integral responsabilidade pelos investimentos e despesas.
- 
34. Diante da necessidade de pronta aquisição de canetas esferográficas, determinada repartição pública publicou edital de pregão presencial para aquisição dos referidos bens. Essa escolha apresenta vantagens para a Administração pública e, com isso, para o atingimento do interesse público, porque
- (A) o pregão presencial tem procedimento simplificado e abreviado, não admitindo, por exemplo, a interposição de recurso por parte dos licitantes, que devem demandar o Judiciário para eventual impugnação.
  - (B) a fase de habilitação é restrita à apresentação de documentação oficial das licitantes, não sendo necessário o preenchimento de outros requisitos, já que a execução do objeto se dá em uma única parcela.
  - (C) permite a apresentação de rol exemplificativo de marcas, evitando que o material entregue esteja em desacordo com a finalidade da licitação.
  - (D) possibilita disputa entre todos os licitantes e diretamente entre aquele que apresentar o menor valor como proposta e aqueles que propuserem valor até 10% por cento mais alto.
  - (E) permite disputa direta entre todos os licitantes, em lances verbais e sucessivos, até o atingimento da melhor proposta para o Poder Público.
- 
35. Nas dependências de uma unidade hospitalar pública, constituída sob a forma de autarquia, houve uma pane no sistema de refrigeração de ar, tendo danificado os termostatos existentes, permitindo a elevação das temperaturas a níveis não aceitáveis para preservação de medicamentos e de vacinas, bem como para realização de cirurgias. Os serviços foram parcialmente interrompidos, parte da medicação armazenada teve que ser descartada, ou seja, houve prejuízos ao Poder Público e à população. Em sede de responsabilização
- (A) os gestores da autarquia, servidores públicos, podem ser responsabilizados disciplinarmente, diante da demonstração de negligência na manutenção preventiva dos equipamentos, sem prejuízo da pessoa jurídica de direito público arcar com os danos causados pela deficiência de funcionamento do serviço.
  - (B) é cabível a responsabilidade objetiva do ente federado que criou a autarquia, esta que não responde diretamente pelos danos causados em razão de sua condição de ente dependente, sem prejuízo da possibilidade de responsabilização dos gestores.
  - (C) devem ser comprovados os danos sofridos e o nexo causal com o problema no sistema de refrigeração, excluindo-se a responsabilidade diante de caso fortuito ou força maior, que também se aplica à defesa dos gestores diante de demonstração de deficiência na manutenção dos equipamentos.
  - (D) é possível que aqueles que tiverem sofrido danos diretos da má atuação administrativa demandem a autarquia judicialmente para pleitear indenização, incidindo a modalidade subjetiva, não cabendo, todavia, a responsabilização disciplinar dos gestores do hospital porque não integram a Administração direta.
  - (E) não há que se falar em responsabilização de autarquia, porque não preenche o requisito de concessionária de serviço público, podendo responder subjetivamente caso demonstrada culpa dos agentes públicos na manutenção do sistema de refrigeração, além dos diretores poderem vir a arcar com os prejuízos causados pela perda de medicamentos anteriormente em bom estado para uso.

**Noções de Direito Constitucional**

36. Considere as seguintes situações:

- I. Provas de autoria de crime hediondo obtidas mediante interceptação telefônica determinada por Delegado de Polícia.
- II. Provas de prática de crime obtidas mediante cumprimento, durante o dia, de mandado judicial de busca e apreensão de documentos, executado pela Polícia Civil, no domicílio de parente do autor do crime.
- III. Provas de prática de crime obtidas no âmbito de investigação penal, mediante quebra de sigilo bancário determinada por ordem judicial.

Consideram-se provas ILÍCITAS, inadmissíveis no processo, as referidas APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

37. No curso de processo licitatório, servidor público, brasileiro nato, favoreceu, em troca de recebimento de vantagem pecuniária ilícita, determinada empresa licitante que veio a vencer o certame. A empresa indevidamente favorecida foi contratada pela Administração, o que prejudicou financeiramente o erário. Nessa situação, caso o ato do servidor público caracterize improbidade administrativa, crime, e ainda tenha causado danos financeiros ao erário, o servidor público poderá, de acordo com a Constituição Federal,

- (A) perder o cargo público e seus direitos políticos, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, mas não poderá sofrer condenação penal por prática de crime, caso contrário seria punido duplamente pelo mesmo ato.
- (B) perder o cargo público, ter seus direitos políticos suspensos, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, sem prejuízo de cumprir condenação penal por prática de crime.
- (C) perder o cargo público, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, ter de cumprir condenação penal por prática de crime, mas não poderá ter seus direitos políticos suspensos por ausência de previsão constitucional nesse sentido.
- (D) perder o cargo público, ter suspensa a nacionalidade brasileira, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, sem prejuízo de cumprir condenação penal por prática de crime.
- (E) ser suspenso do exercício do cargo público e do exercício de seus direitos políticos enquanto durarem os efeitos da sentença penal condenatória, sem prejuízo de ser condenado a reparar o dano causado ao erário, mas não poderá perder o cargo público.

38. O Senado Federal instaurou comissão parlamentar de inquérito para apurar a ocorrência de crime de sonegação fiscal de tributo federal praticado por empresas de determinado ramo econômico. Ao final do procedimento, concluiu que estavam presentes indícios de autoria e de materialidade de crimes de corrupção, motivo pelo qual decidiu encaminhar o assunto ao Ministério Público, que ajuizou ação penal contra os supostos autores do crime. À luz da Constituição Federal,

- I. a comissão não poderia ter sido instaurada no âmbito do Senado Federal, uma vez que apenas a Câmara dos Deputados tem competência para a investigação que foi realizada.
- II. embora a comissão tenha sido instaurada para apurar a ocorrência de crime de sonegação, as conclusões da comissão podem apontar indícios de autoria e de materialidade de crime de corrupção.
- III. o Ministério Público não poderia ajuizar ação penal com fundamento nas provas colhidas pela comissão, uma vez que a Constituição Federal condiciona o ajuizamento de ação penal pelo Ministério Público à conclusão de inquérito penal conduzido pela polícia competente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I.

39. A Constituição Federal atribui o exercício da atividade de controle externo ao

- (A) Conselho Nacional de Justiça, órgão que não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- (B) Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, todos os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano.
- (C) Senado Federal, a quem compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (D) Ministério Público, a quem compete o controle da atividade policial, na forma da lei complementar.
- (E) órgão correccional de cada um dos Poderes, cabendo-lhe examinar a adequação dos atos administrativos aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e igualdade.



40. Vereador de Município praticou os seguintes atos:

- I. Cometeu crime doloso contra a vida de Prefeito de Município vizinho, executado na sede da respectiva Prefeitura.
- II. Ofendeu moralmente membro do Congresso Nacional ao prestar testemunho perante comissão parlamentar de inquérito instaurada em âmbito federal e sediada no Distrito Federal.
- III. Manifestou-se, em discurso realizado no plenário da Câmara dos Vereadores da qual é membro, contrariamente à união civil de pessoas do mesmo sexo, ao defender projeto de lei por ele apresentado.

Considerando a disciplina da Constituição Federal sobre imunidades parlamentares, o vereador NÃO poderá ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática, APENAS, do ato

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta III.
- (D) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta II.
- (E) II e III, enquanto durar seu mandato.

---

### Noções de Direito Penal

41. No que concerne aos crimes contra a honra, considere as afirmativas abaixo:

- I. Não é admissível a exceção da verdade para o delito de injúria.
- II. A retratação somente é admissível nos casos de calúnia e difamação.
- III. O juiz pode deixar de aplicar a pena na difamação no caso de retorsão imediata, que consista em outra difamação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

42. Sobre os crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei Federal nº 10.826/2003), considere:

- I. Podem portar arma de fogo os integrantes das Guardas Municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 30.000 habitantes.
- II. Incorre nas mesmas penas previstas para o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito quem adulterar, de qualquer forma, munição.
- III. Nos crimes de comércio ilegal e de tráfico internacional de arma de fogo, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.
- IV. Deixar o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 horas depois de ocorrido o fato, é crime punido com reclusão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

43. Frederico, com o intuito de receber o valor do seguro, escondeu um automóvel de sua propriedade e lavrou um boletim de ocorrência afirmando que havia sido furtado. Tempos depois, Frederico veio a receber o valor pelo sinistro. Nessa situação hipotética, o crime praticado por Frederico é tipificado como

- (A) fraude para recebimento indenização ou valor de seguro.
- (B) exercício arbitrário das próprias razões.
- (C) apropriação indébita.
- (D) fraude no comércio.
- (E) furto qualificado.



44. De acordo com a Lei nº 9.605/1998, NÃO é crime o abate de animal, quando realizado
- I. em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
  - II. em legítima defesa.
  - III. por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
  - IV. para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I e III.
  - (D) I e IV.
  - (E) I, III e IV.
45. Leonardo encontra uma cédula de R\$ 50,00 sob a poltrona da sala da casa de seu amigo Fausto, lugar que habitualmente frequenta e, sem que o dono da casa perceba, dela se apodera. Diante do caso hipotético apresentado, Leonardo pratica o crime de
- (A) apropriação de coisa achada.
  - (B) furto qualificado.
  - (C) estelionato.
  - (D) furto simples.
  - (E) apropriação indébita.

---

**Noções de Direito Processual Penal**

46. A autoridade policial somente poderá conceder fiança no caso de
- (A) infrações cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.
  - (B) infrações punidas com detenção.
  - (C) crimes patrimoniais cuja pena privativa de liberdade mínima seja inferior a 4 anos.
  - (D) crimes definidos como afiançáveis pela Constituição Federal de 1988.
  - (E) infrações praticadas por policiais cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 6 anos.
47. NÃO constitui medida protetiva de urgência prevista na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha
- (A) a prestação de alimentos provisórios.
  - (B) a proibição de contato com a ofendida.
  - (C) o afastamento dos familiares da ofendida, com fixação de limite mínimo de distância.
  - (D) a suspensão de visitas aos dependentes menores.
  - (E) o afastamento de cargo ou função pública.
48. O lapso temporal para progressão de regime em caso de crime não hediondo praticado por reincidente é de
- (A) 2/5 da pena.
  - (B) 3/5 da pena.
  - (C) 2/3 da pena.
  - (D) 1/6 da pena.
  - (E) 1/2 da pena.
49. No âmbito do inquérito policial, incumbe à autoridade policial
- (A) arquivar o inquérito policial.
  - (B) assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato.
  - (C) decretar a prisão preventiva.
  - (D) presidir a audiência de custódia.
  - (E) oferecer a denúncia.
50. Sobre os Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que
- (A) é possível a composição civil dos danos em audiência preliminar, que acarreta a renúncia ao direito de queixa.
  - (B) a transação penal independe de apreciação judicial.
  - (C) da decisão que rejeitar a denúncia caberá recurso em sentido estrito.
  - (D) nas infrações de menor potencial ofensivo o inquérito policial deve ser concluído em 20 dias.
  - (E) têm competência para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, entendidas como os crime cuja pena mínima seja igual ou inferior a 1 ano.

**REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 8: 8.4 Na Prova de Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. 8.6 Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 8.7 Na Prova de Redação, a folha para rascunho do Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora. 8.8 Na Prova de Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 8.9 A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco).

**Observação:** NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*Vivemos em uma sociedade com altos índices de violência. Diante disso, alguns telejornais não se limitam a noticiar os fatos, mas se transformam em um espaço de reivindicações. Tem-se a impressão de que a equipe de produção do programa organiza verdadeiros tribunais paralelos, com o objetivo de prender, julgar e ditar penas aos infratores. No entanto, quando as reivindicações são transformadas em espetáculo, elas são esvaziadas de seu poder de crítica e dificilmente se convertem em ações concretas.*

(Adaptado de: PATIAS, Jaime Carlos. Disponível em: [casperlibero.edu.br](http://casperlibero.edu.br))

Considerando as ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |